



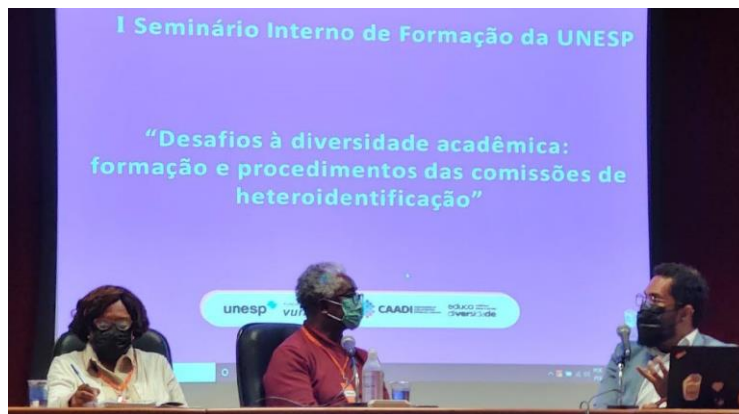
ATIVIDADES NUDDIR

NUDDIR orienta USP a criar comissão para evitar fraudes de autodeclaração racial.

O Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) e a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) da Universidade de São Paulo se reuniram na segunda-feira (30/5) para discutir a necessidade de combate a fraudes de autodeclaração racial, impedindo que candidatos brancos ocupem vagas reservadas na USP a candidatos negros.

O Núcleo recomendou que a USP implante uma comissão de heteroidentificação para os ingressantes na universidade. A heteroidentificação é um método de identificação étnico-racial de um indivíduo com base na percepção social de outra pessoa, que visa a evitar fraudes de autodeclaração.

Segundo o coordenador do NUDDIR, o Defensor Público Vinicius Conceição Silva Silva, pelo menos 65 universidades federais já implantaram bancas de heteroidentificação, assim como fizeram a Unesp e a Unicamp, após audiência pública realizada na Defensoria Pública em novembro de 2018. Conforme o Defensor, a constituição de tais comissões no processo de ingresso é mais compatível com os princípios da eficiência e impessoalidade.



A coordenação do NUDDIR participou, no dia 13/6, do seminário interno de formação e capacitação das bancas de heteroidentificação da UNESP, realizado na sede da VUNESP. O Defensor Público Vinicius Silva, que compôs a mesa com os professores Juarez Xavier (UNESP) e Eunice Prudente (USP), destacou aspectos metodológicos do trabalho das comissões, como o respeito aos princípios da imparcialidade, transparência, eficiência, publicidade e controle social da política pública.

Vinicius destacou a necessidade de que as pessoas que se autodeclararem negras participem do mesmo procedimento; que os editais dos vestibulares tragam a previsão da heteroidentificação e a forma de deliberação por maioria da banca; que o procedimento esteja previsto no processo de ingresso na universidade, preferencialmente antes das provas; que seja divulgado um relatório semestral do trabalho da comissão, com os dados estatísticos dos confirmados e não confirmados; e que seja garantida a participação de movimentos sociais no diagnóstico.

A UNESP adota cotas raciais desde 2014. Após audiência pública na Defensoria, em 2018, a universidade segue aplicando os critérios da heteroidentificação como forma de efetividade da política pública, nos termos das decisões do STF na ADPF 186 e na ADI 41.

SEMINÁRIO 10 ANOS DA POLÍTICA DE COTAS E AS MUDANÇAS E DESAFIOS NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS.

O ano de 2022 é decisivo para a Lei 12.711/12, que estabelece a reserva de vagas nas universidades e institutos federais para estudantes negros(as), indígenas, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência. Conforme prevê a normativa, completos dez anos de sua publicação, o programa especial de acesso passa por revisão. O tema foi objeto de discussão do seminário “10 anos da Política de Cotas e as Mudanças e Desafios nas Defensorias Públicas”, que aconteceu na Universidade Zumbi dos Palmares. O evento foi organizado pela Ouvidoria-Geral e Escola da Defensoria Pública de São Paulo (EDEPE). [MAIS](#)

EDEPE e NUDDIR promovem e debate sobre filme que aborda transexualidade na adolescência

O evento ocorreu no dia 29/06/2022 no auditório do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do Estado, mas o filme também está no catálogo da Netflix.

"Valentina" conta a história de uma adolescente transsexual que se muda para uma pequena cidade mineira e, para preservar sua privacidade, tenta se matricular na escola com seu novo nome. O diretor e roteirista afirma que foi motivado a realizar o filme após receber a informação de que a taxa de evasão escolar de jovens transsexuais no Brasil chega a 80%.

Acordão sobre o caso Laura Vermont, Desembargadores ampliam condenação por danos morais

Ação do NUDDIR em parceria com o NCDH, Unidade Fazenda e NSITS condena Estado a indenizar em R\$ 100 mil pais de transsexual espancada e assassinada aos 18 anos.

“Não há dúvida de que os policiais agiram com violência arbitrária e desproporcional contra Laura – pessoa indefesa e desnorteada -, se omitiram do dever legal de prestar socorro e ainda atuaram para impedir e prejudicar as investigações policiais, condutas que denotam, não apenas despreparo para o cumprimento do mister que lhes compete, mas absoluto desprezo pela vida humana”, afirmaram na ação Isadora Brandão Araujo da Silva e Vinicius Conceição Silva Silva, do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, e Davi Quintanilha Failde de Azevedo, Fernanda Penteado Balera e Letícia Marquez de Avellar, do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos.

TJSP revisou valor de indenização por danos morais e majorou em 100% o valor da indenização aos pais da vítima [MAIS](#)

DIGNIDADE PÓSTUMA. A 4ª Vara de Família e Registro Civil em Recife atendeu a pedido formulado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, em articulação com o NUDDIR, para reconhecer a identidade de gênero posterior ao óbito de Lorena Muniz, mulher trans que faleceu em fevereiro de 2021, durante um incêndio numa clínica de estética no Centro de São Paulo. A sentença, obtida em 30 de maio de 2022, determina que sejam alterados os registros de nascimento e de óbito, a fim de constar o nome e o gênero autoidentificados por Lorena enquanto em vida. [MAIS](#)



Defensoria Pública de SP cria cotas para transexuais em concurso pela 1ª vez

A Defensoria Pública de São Paulo vai reservar, pela primeira vez na história do órgão, cotas nos concursos públicos para pessoas transexuais para o cargo de defensor/a público/a. De acordo com a nova regra, 30% das vagas deverão ser direcionadas a pessoas negras e indígenas, 5% para pessoas com deficiência e 2% para transexuais. As reservas de vagas para pessoas negras, indígenas e trans valerão pelo período inicial de dez anos, devendo ser renovadas sucessivamente pelo mesmo prazo se as desigualdades ainda persistirem.

Transexuais, indígenas e negros que desejarem participar do concurso por meio das cotas deverão apresentar uma autodeclaração e passar pela análise de uma banca examinadora composta por membros com paridade de gênero e equidade de raça. Os portadores de deficiência deverão apresentar laudos médico e biopsicossocial.

O NUDDIR já tinha apresentado Nota Técnica em defesa das ações afirmativas de pessoas trans nos concursos de estagiários de pós-graduação em 2021, o que foi acolhido pelo Conselho Superior naquela oportunidade.

Representantes de movimentos negros e historiadores falam sobre projeto que combate festas com símbolos racistas em Santa Bárbara d'Oeste.

A Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste (SP) promoveu audiência pública, em 04 de junho, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 03/2021. A proposta, de autoria da vereadora Esther Moraes (PL), que foi quem solicitou o agendamento do evento, prevê regras de combate ao racismo no Código Municipal de Posturas de Santa Bárbara d'Oeste. [MAIS](#)

Confira a manifestação do Defensor Douglas Basílio do NUDDIR. [MAIS](#)

O Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR), elaborou dois modelos de iniciais, decorrente da procura por procedimento de inseminação doméstica ou caseira.

No Brasil, a doação de material germinativo é permitida e disciplinada pela Resolução 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina. Ela determina que seja mantido o anonimato do doador, de modo que o procedimento assistido seja executado por profissionais especializados, com o aparato de uma clínica responsável pela captação dos gametas, pela avaliação diagnóstica dos mesmos e pela implantação.

Entretanto, como alternativa para as pessoas que não podem custear o procedimento assistido como regulamenta o Conselho Federal de Medicina, surge a chamada "inseminação caseira". Inseminação porque envolve a implantação do sêmen no corpo da mulher e caseira porque o procedimento é feito de maneira doméstica, sem qualquer aparato especializado. Na inseminação caseira, há um doador conhecido e escolhido pelo casal ou pelo indivíduo que quer executar o projeto parental. Assim, o NUDDIR apresenta dois modelos de reconhecimento jurídico da filiação. O primeiro é um requerimento de adoção unilateral, procedimento de jurisdição voluntária, a ser tramitado na Vara da Infância e Juventude. Ao passo que o segundo é uma ação de reconhecimento de dupla paternidade/maternidade a ser processada na Vara da Família. [MAIS](#)

Parecer Técnico sobre a participação de pessoas trans no esporte é protocolado pelo NUDDIR.

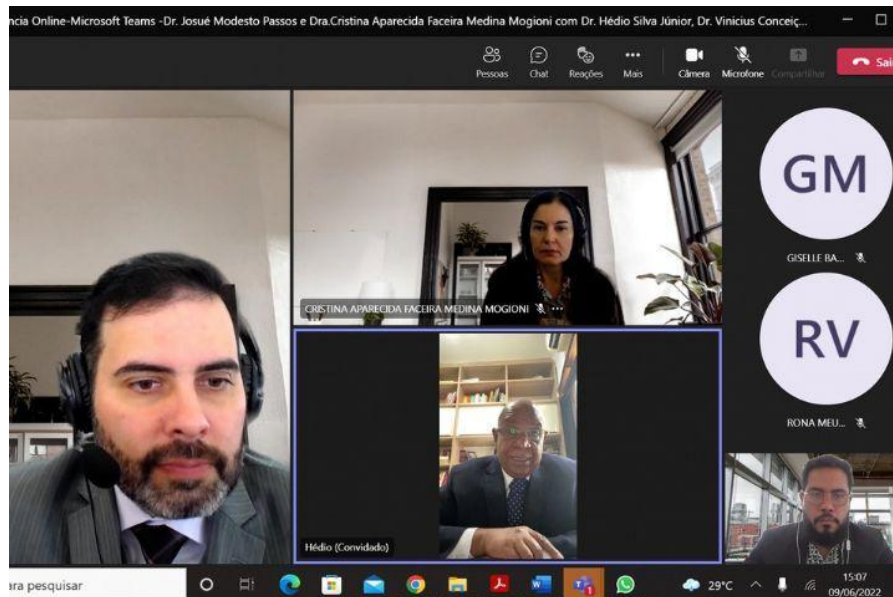
Trata-se de parecer sobre os Projetos de Lei nºs 2200, 2596 e 2639, todos de 2019, de autoria dos deputados federais Pastor Sargento Isidório, Julio Cesar Ribeiro e Sóstenes Cavalcante, respectivamente, e sobre o Projeto de Lei nº 346/2019, de autoria do deputado estadual Altair Moraes. Os supracitados Projetos de Lei visam instituir o critério do sexo biológico como único critério válido para determinação da categoria de gênero a ser disputada por atletas em competições desportivas realizadas no território nacional.

O Projeto de Lei nº 2200/2019 ressalta a vedação a participação de mulheres trans em competições na categoria feminina, permitindo “aos transexuais criarem competições entre si, desde que sejam entre os mesmos sexos biológicos, sendo homens transexuais com homens transexuais e mulheres transexuais com mulheres transexuais”. Imperioso destacar que tal Projeto de Lei designa as mulheres trans tão somente através do termo “transexuais do sexo masculino”, referindo-se a este grupo inclusive como “homens travestidos ou fantasiados de mulher”, dessa forma, explicitando desde já o caráter invisibilizador do Projeto no que tange a identidade de gênero. [MAIS](#)

Parecer Técnico em defesa das cotas raciais no Município de São Paulo é protocolado pelo NUDDIR.

Cuida-se de parecer sobre Projeto de Lei (PL) nº 0071/2021, da autoria do vereador Fernando Holiday, que pretende a extinção das cotas raciais no Município de São Paulo no qual o NUDDIR recomenda rejeição do projeto em razão constituir iniciativa desfavorável aos direitos da população negra, configurando um retrocesso em relação as condições necessárias à inserção igualitária dos/as negros/as no âmbito da administração pública municipal, portanto, ao arrepio dos ditames da igualdade material e da justiça social. [MAIS](#)

NUDDIR e IDAFRO pedem providências à Corregedoria Geral da Justiça sobre regularização civil de templos religiosos de matriz africana



Na quinta-feira (9/6), o Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial (NUDDIR) e o Instituto de Defesa dos Direitos das Religiões Afro-Brasileiras (IDAFRO) se reuniram com os juízes assessores da Corregedoria Geral de Justiça Josué Modesto Passos e Cristina Aparecida Mogioni sobre pedido de providências direcionado à regularização civil de templos religiosos de matriz africana. O pedido foi formulado após representação de Sandra Santos, presidente da Associação Umbandista e Espiritualista do Estado de São Paulo, perante a DPESP. Ela contestou algumas exigências nas notas de devolução emitidas pelos cartórios e solicitou combate a violações à liberdade de crença. Após análise do material, o NUDDIR verificou que tais exigências não possuem amparo legal ou infralegal e representam óbice à regularização jurídica das entidades.

Para solucionar este e outros casos semelhantes, o NUDDIR e a IDAFRO solicitaram que as exigências sejam formuladas uma única vez, de forma clara e objetiva, com aposição do fundamento legal e/ou infralegal que embasa a requisição, em papel timbrado com identificação e assinatura do oficial ou escrevente responsável; que a Corregedoria recomende aos Cartórios de Registros Públicos do Estado abstenção de exigências não fundadas em lei ou norma infralegal ou de obstáculos ao atendimento desse público; que promova campanha informativa, direcionada ao público em geral, nas dependências de todos os cartórios; e que insira, nos editais de concurso e nos cursos de treinamento de notários e registradores, conteúdos sobre liberdade de crença, laicidade estatal, discriminação racial e intolerância religiosa.

NUDDIR aciona STF por gratuidade em alteração de registro de transexuais

O NUDDIR ingressou com a reclamação constitucional 53.235, perante o Supremo Tribunal Federal para restaurar a autoridade da decisão proferida na ADI 4275/DF, com o objetivo de assegurar que da referida decisão depreende o direito à gratuidade de custas e emolumentos para realização da retificação do registro civil das pessoas transgêneros hipossuficientes. Infelizmente, o Ministro Barroso negou seguimento à reclamação sob o argumento de que faltavam dois requisitos para o cabimento da reclamação (violação do ato administrativo à sumula vinculante e a ausência de estrita aderência do ato administrativo impugnado à decisão paradigma). Apesar da negativa do seguimento, o Ministro Barroso proferiu destaque importante na decisão sobre a gratuidade pleiteada, o qual citamos a seguir:

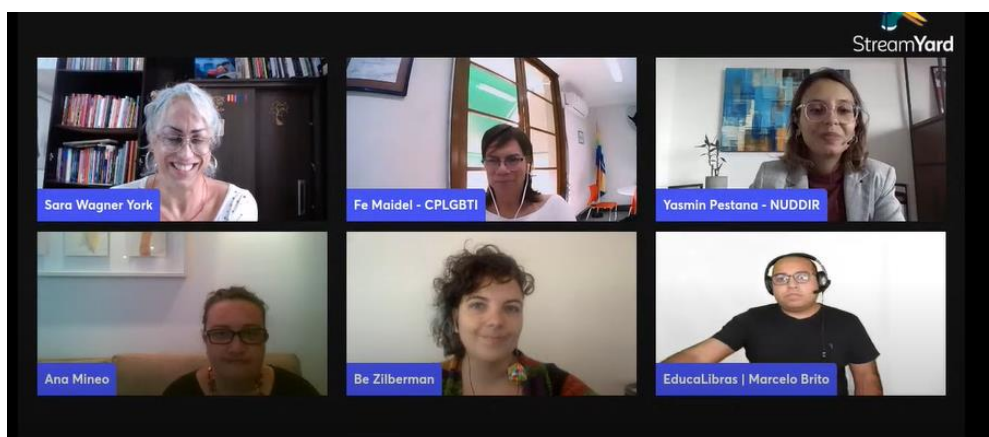
Todavia, cabe esclarecer que, em se tratando de pessoa transgênero hipossuficiente, a gratuidade já decorre diretamente da Constituição Federal (art. 5º, LXXVI), benefício que se aplica, inclusive, à retificação do registro originário para alteração do gênero e do prenome, porque se trata, em rigor, do primeiro registro com tal reconhecimento.

Aproveitamos que na decisão o Ministro Barroso se pronunciou favoravelmente à gratuidade, para encaminhá-la, por meio do ofício NUDDIR n. 75/2022, aos quatro procedimentos existentes no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instaurados para que o órgão tome providências a fim de garantir a gratuidade das pessoas trans hipossuficientes. Os procedimentos foram autuados com a numeração a seguir: 0002163-16.2019.2.00.0000, procedimento 0004155-41.2021.2.00.0000, procedimento 0000756-67.2022.2.00.0000 e procedimento 0005511-71.2021.2.00.0000.

Seguiremos acompanhando o tema e realizando articulações com entidades e organizações que lutam pelos direitos das pessoas LGBTQIA+ a fim de traçar novos instrumentos e caminhos para assegurar a gratuidade de retificação de assento para pessoas transgêneros hipossuficientes.

Linguagem inclusiva de Gênero Políticas Públicas e Jornadas Disruptivas.

Roda de conversa incluída na programação do evento "Linguagem inclusiva de gênero, políticas públicas e jornadas disruptivas", organizado pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, NUDDIR e EDEPE, com mediação de Ana Luiza Patriarca Mineo, apresentação da defensora Yasmin Oliveira Mercadante Pestana. [MAIS](#)



Atendimento de duas mulheres trans que estavam detidas no Centro de Detenção Provisória (CDP) Pinheiros II



Em visita do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria (Nuddir), elas receberam sua documentação pessoal com prenome e gênero retificados, conforme sua efetiva identidade subjetiva. A entrega foi realizada pelo Defensor Vinicius Conceição Silva Silva e pela Defensora Yasmin Oliveira Mercadante Pestana, que coordenam o Núcleo.

Além das duas, outras 39 mulheres trans e travestis, custodiadas em outras unidades, também foram beneficiadas por uma decisão obtida pela Defensoria Pública de SP, em ação proposta após um mutirão de atendimento realizado em 2019 pelo NUDDIR.

A convite da Prefeitura de São Paulo, a coordenação do NUDDIR prestigiou a parada LGBT de São Paulo que teve como tema: Vote com Orgulho!



MATERIAIS DE APOIO

A violência patrimonial sofrida pelas mulheres em ações de família: limitações e contradições do acesso à justiça, artigo elaborado pela Dra. Yamin Oliveira Mercadante Pestana.

O presente artigo tem o objetivo de trazer algumas reflexões sobre como a violência patrimonial se manifesta nas ações de família e seus impactos processuais em prejuízo das mulheres em situação de violência doméstica. Para tanto, utiliza exemplos da vivência prática da autora nas Varas de Família e estudos sobre o mesmo tema. Em síntese, busca-se levantar considerações para que seja aperfeiçoada a atuação do Judiciário no reconhecimento e combate à violência patrimonial mitigando sobrecargas que dificultam o acesso à justiça das mulheres em situação de violência doméstica. [MAIS](#)

LEITURAS, EVENTOS E MÍDIAS

Alunos da Poli-USP usam linguagem neutra em festa de formatura

Os formandos da Politécnica da USP promoveram uma festa de colação de grau na semana passada que recebeu seus convidados com um painel escrito “Bem-vindes”. A linguagem neutra também foi usada nos canudos com a expressão “Formandes 2021”. [MAIS](#)



No sábado, dia 02 de julho, às 10h00, o Professor Márcio Faria, do Instituto AMMA Psiquê, vai realizar uma visita guiada no Museu Afro, no Parque Ibirapuera

A atividade é organizada após denúncia de racismo na escola, acompanhada pelo NUDDIR.

A entrada custa quinze reais, mas há meia-entrada (estudantes e idosos/os, dentre outros públicos) e gratuidade (para policiais, professores/as e outros públicos também).

O amor romântico existe para as mulheres negras? Muitas mulheres têm questionado se aquele amor romântico de conto de fadas com final feliz realmente existe.

Mas para as mulheres negras essa discussão não é nova, justamente porque esse ideal romântico sempre as excluiu.

Neste vídeo, AzMina discute o quanto a expectativa por esse amor romântico pode ser prejudicial às mulheres e como o feminismo negro ressignificou o que é amor. [MAIS](#)

Cotas em mestrado e doutorado dobram em 3 anos, mas bolsas congeladas e provas de idiomas são desafios para candidatos

Pesquisa mostra que em 2021, pela primeira vez na história, mais da metade dos programas de pós-graduação em universidades públicas no Brasil já tinham algum tipo de ação afirmativa. Há reserva de vagas, oportunidades extras ou bônus nas notas de pretos, pardos, indígenas, quilombolas, mães, LGBTQIA+ e egressos de escola pública, entre outros grupos. [MAIS](#)

Quem é Francia Márquez, advogada, ex-trabalhadora doméstica e primeira mulher negra a ocupar a vice-presidência da Colômbia

Ativista, ela já foi reconhecida com o prêmio Goldman por lutar contra o garimpo e a mineração na região em que morava. [MAIS](#)

A frase 'fogo nos racistas' é entendida de forma literal pela branquitude. [MAIS](#)



Com cocar e beca, toma posse a primeira indígena aprovada para Defensoria Pública da Bahia.

Primeira indígena aprovada para a carreira de defensora pública no estado da Bahia, Aléssia Pamela Bertuleza Santos tomou posse nesta segunda-feira (20), no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no Centro Administrativo de Salvador.

[MAIS](#)



Lélia Gonzalez: Racismo Sexismo na Cultura Brasileira. O episódio #06 faz parte da SÉRIE PRETEXTOS DA PRÁXIS PRETA, que tem como proposta, dialogar sobre textos de autores/as negros/as brasileiros que fizeram e fazem o debate sobre a formação socio-histórica de nosso país e sua contribuição para o Serviço Social. Nesse episódio: Lélia Gonzalez! Análise do artigo "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira" (1980). [MAIS](#)

DICAS CULTURAIS

Mano Brown recebe Sueli Carneiro.

Mano Brown recebe Sueli Carneiro, uma das maiores intelectuais e referência histórica do movimento negro do Brasil. Numa ideia Mano a Mano, que merece ser ouvida e refletida por todas as gerações, eles falam de sociedade, racismo, sobre primórdios do rap no Brasil e a conexão com movimentos negros da época, e visões de futuro para o povo brasileiro. [MAIS](#)



Aconteceu: encontro do dia 24/06, das 16h às 18h, do curso A importância do letramento racial para a atuação na Defensoria Pública- Módulo III Este encontro teve como tema Racismo e a questão LGBTQIA+, com as maravilhosas Letícia Nascimento autora do livro Transfeminismos e a intervenção cultural da diva @tupinamba 🍷❤️👉🍷🍷🍷🍷🍷🍷

[MAIS](#)

LITERATURA PARA TORNAR VISÍVEL O INVISÍVEL

Costuma-se defender e adotar a ideia de uma sociedade cada vez mais plural, mas é muito comum que essa mesma ideia sirva para ocultar violências estruturais. Dentre elas, a forma como autoras, mulheres e negras, são invisibilizadas por várias instâncias do mundo editorial, desde quem detém os meios de publicação até os leitores. [MAIS](#)

NOTÍCIAS

GCM de SP põe joelho no pescoço de homem negro e coloca saco branco perto dele para acusá-lo e prendê-lo por tráfico de drogas

Abordagem aconteceu nesta terça-feira (31), no bairro da Santa Cecília, na capital paulista, e truculência da ação foi denunciada por movimentos sociais nas redes, na qual um agente pôs o joelho no pescoço de um homem negro imobilizado no chão. [MAIS](#)

Juiz determina que o IBGE inclua identidade de gênero no Censo de 2022

Magistrado destacou que outros países já trataram de inserir tais perguntas em suas atividades censitárias. [MAIS](#)

Metade é a favor de cotas raciais em universidades; 34% são contra, diz Datafolha.

Apoio é maior entre quem tem filhos em escola privada; há previsão de revisão do instrumento neste ano. [MAIS](#)

Sítio Arqueológico é encontrado no Bixiga em construção do metrô em SP

A construção da Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo esbarrou em vestígios do Quilombo da Saracura, que existiu na região até o começo do século 20 e que hoje abriga o Bairro do Bixiga, na região central. O achado de artefatos que pertenciam a uma população quilombola que ali viveu ocorreu na construção da futura Estação 14 Bis, que vai ocupar o local da antiga sede da escola de samba Vai-Vai. [MAIS](#)

Milton Gonçalves lutou com discrição num Brasil que negava seu racismo. [MAIS](#)

Brasil vive espécie de apartheid institucional, diz pesquisador. Luiz Augusto Campos defende cotas eleitorais para romper ciclo de desigualdade racial. [MAIS](#)

Partidos pedem implementação de plano para enfrentar racismo institucional

Segundo as legendas, a exposição à violência institucional e estrutural da população negra no país não é compatível com um pleno Estado Democrático de Direito. [MAIS](#)

Desdém com ações para negros é novo capítulo do embate de Bolsonaro e STF. [MAIS](#)

Religião, intolerância e guarda: até onde a Justiça deve intervir? Assegurada pela Constituição Federal, liberdade de consciência de crença é considerada inviolável e garante o livre exercício de cultos religiosos. Contudo, casos recentes acendem uma discussão sobre a perda da guarda de crianças por motivos religiosos sob duas óticas: o afastamento de filhos em menoridade do seio familiar em função dos valores religiosos do guardião e a liberdade religiosa da criança diante das crenças de seus pais. [MAIS](#)

USP aprova criação de banca de identificação racial para evitar fraudes em cotas.

A Universidade de São Paulo (USP) aprovou na quinta-feira (23) a criação de uma comissão para verificar se candidatos que se declararam pretos ou pardos correspondem ao perfil racial informado por eles próprios na inscrição.

A banca de heteroidentificação dos candidatos era uma demanda de estudantes negros, mas enfrentava resistência interna na USP. [MAIS](#)

A saga dos americanos negros impedidos de imigrar para o 'paraíso racial' do Brasil nos anos 1920. [MAIS](#)

Número de domicílios em favelas de São Paulo dispara na pandemia.

Capital ganhou 6.000 novos domicílios em situação precária desde 2019; número acompanha crescimento em ações de despejo no estado. [MAIS](#)

Mortes sem cor: dados sobre raça de mortos pela polícia deixam de ser registrados em SP

Número de vítimas sem identificação de cor nos boletins de ocorrência explodiu a partir de 2020, após protestos antirracistas por George Floyd e Beto Freitas; em 2022, 40% dos registros não tinham esse dado. [MAIS](#)



Trans temem não conseguir cobertura para redesignação sexual após vitória de planos

Decisão do STJ desobrigou operadoras a custear procedimentos fora da lista da ANS; operação é cara e tem longa espera no SUS. [MAIS](#)

EQUIPE DO NÚCLEO

Coordenação

Defensor Público Coordenador: Vinicius Conceição Silva Silva

Defensora Pública Coordenadora Auxiliar: Yasmin O. M. Pestana

Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM)

Agente de Defensoria Psicóloga: Ana Luiza Patriarca Mineo

Agente de Defensoria Assistente Social: Tarciso Rinaldo Silva

Secretaria

Oficial de Defensoria: Corina Lima Chiarini

Oficial de Defensoria: Vanessa Brito de Jesus

Estagiários/as

Darlan Nascimento Martins
Mariana Toledo Eulalio dos Santos
Ester Helena Silverio Narciso
Thayna Santana Santos
Jhully Isabelle do Nascimento Serafim